A Cloido A Cloid Sta

ANO VII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Quinta-feira, 21 de setembro de 2023 • Nº 1648 • R\$ 1,00 www.diariodoacionista.com.br

DATA MARCADA

STF julgará ação que descriminaliza aborto

A presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Rosa Weber, marcou a data do julgamento da ação que pretende descriminalizar o aborto até a 12ª semana de gravidez. O caso será analisado pelo plenário virtual da Corte entre os dias 22 e 29 de setembro. Pela modalidade virtual, os ministros inserem os votos no sistema eletrônico e não há deliberação presencial. O julgamento é aberto com o voto do relator. Em seguida, os demais ministros passam a votar até o horário limite estabelecido pelo sistema. Antes do julgamento, os advogados incluem vídeos com a gravação da sustentação oral. Um pedido de vista para suspender o julgamento também pode ser feito. Desde 2017, uma ação protocolada pelo PSOL tramita na Corte. O partido defende que a interrupção da gravidez até a 12ª semana deixe de ser crime. Atualmente, a legislacão brasileira permite o aborto em casos de estupro, risco à vida da gestante ou fetos anencéfalos. Em 2018, o Supremo realizou audiência pública para debater o assunto com especialistas contrários e favoráveis à interrupção. A liberação do caso para julgamento ocorre uma semana antes de Rosa Weber se aposentar compulsoriamente aos 75 anos e deixar o tribunal. Na próxima semana, o ministro Luís Roberto Barroso assumirá a presidência do

FRAUDE

STF. PÁGINA 3

Justiça de MG suspende recuperação da123 Milhas

PÁGINA 2

Assédio sexual

Alesp lança cartilha para proteger deputadas

PÁGINA 3

SELIC

Copom reduz taxa básica de juros para 12,75% ao ano

O comportamento dos preços fez o Banco Central (BC) cortar os juros pela segunda vez no semestre. Por unanimidade, o Comitê de Política Monetária (Copom) reduziu a taxa Selic, juros básicos da economia, em 0,5 ponto percentual, para 12,75% ao ano. A decisão era esperada pelos analistas financeiros. Em comunicado, o Copom informou que o corte de 0,5 ponto percentual é compatível com a estratégia para fazer a infla-

ção convergir para a meta em 2024 e em 2025. Assim, como na reunião anterior, o órgão reiterou que continuará a promover reduções na mesma intensidade nos próximos encontros, mas não informou se prosseguirá com os cortes no início do próximo ano. De março de 2021 a agosto de 2022, o Copom elevou a Selic por 12 vezes consecutivas, num ciclo de aperto monetário que começou em meio à alta dos preços. PÁGINA 2

EUA



Biden e Lula criam parceria em defesa de trabalhadores

O presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, disse que continuará trabalhando com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva na esteira da formulação das iniciativas dos direitos trabalhistas no mundo. Para o americano, todos merecem uma oportunidade igual e os direitos trabalhistas precisam ser garantidos de baixo para cima. As declarações ocorreram durante cerimônia de lançamento da "Iniciativa Global Lula-Biden para o Avanço dos Direitos Trabalhistas na Economia do

Século XXI", nos Estados Unidos. Biden disse que seus pais o ensinaram sobre o trabalho que, segundo eles, para além do dinheiro, tem relação com dignidade, respeito e autoestima. No anúncio, Lula disse esperar que a parceria entre Brasil e Estados Unidos busque desenvolvimento e melhoria de vida ao povo. O petista classificou como momento "de ouro" o anúncio ao lado de Biden e disse que a juventude atualmente não tem perspectiva. PÁGINA 4

REPUBLICA DE CURITIBA

Corregedor deixa juiz Appio fora da Lava Jato

O ministro Luís Felipe Salomão, corregedor nacional do Judiciário, decidiu transferir o processo administrativo sobre o juiz Eduardo Appio, que tramitava no Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), para o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Ele manteve o afastamento do magistrado. O processo disciplinar no TRF4 estava suspenso por decisão do ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), que mandou oficiar a Correge-

doria do CNJ para a adoção de 'medidas cabíveis'. Salomão decidiu puxar a investigação administrativa para o próprio gabinete. Ele argumentou que, além da decisão de Toffoli, a correição extraordinária feita recentemente pelo CNJ do TRF4 também justifica a transferência. A auditoria apontou indícios de irregularidades na homologação e no controle dos acordos de colaboração e de leniência fechados na Lava Jato. PÁGINA 3

INDICADORES																			
IBOVESI	/ 118.695	,32 / 849,54 / Vo	olume: I	R\$ 20.1	33.11	5.003 / Negócio	s: 3.59	2.064		Bolsas no	Bolsas no mundo		Salário mínimo	R\$ 1.320,00	IGP-M	-0,14% (ago.)	EURO turismo		
Maiores Altas							Mais Negociadas				Fechamento %			Ufir	R\$ 4,3329	IPCA	0,23% (ago.)	Compra: 5,2384	Venda: 5,4184
	Preço (% Oscil.		Preço	% (Oscil.		Preço	% (Oscil.	Dow Jones 34.440,88 -0,22			Taxa Selic		CDI	DÓLAR Ptax - BC		
AZUL PN N2	15.11 +11	.68 +1.58	.ACUCAR-CBDON NM	3.81	-5.93	-0.24						13.469,127			12,75%	(02/08)	12,65%	Compra: 4,8487	-0,18%
CVC BRASIL ON NM	2.40 +7	.62 +0.17	BRASKEM PNA N1	22.13	-4.12	-0.95	VALE ON NM				CAC 40	7.330,79	+0,67	Poupança 3		OURO		DÓLAR comercia	
GOL PN N2	6.79 +6	.09 +0.39	SAO MARTINHOON NM	39.73	-2.12	-0.86	SUZANO S.A. ON NM	54.89	+4.00	+2.11	FTSE 100			(21/09)	0,6787%	BM&F/grama	R\$ 302,15	Compra: 4,8794	Venda: 4,8000
GRUPO NATURAON NA	И 15.93 +4	.46 +0.68	PETRORECSA ON NM	21.770	-2.38	-0.530	ITAUUNIBANCOPN EJ N1	27.62	+1.69	+0.46	DAX 30	15.781,59	+0,75	TR		EURO Comercial		DÓLAR turismo	
SUZANO S.A. ON NM	54.89 +4	.00 +2.11	RAIZEN PN N2	3.810	-2.31	-0.090	RUMO S.A. ON NM	23.88	+0.55	+0.13	Ftse Mib	29.229,3	+1,64	(21/09)	0,1778%	Compra: 5,2006	Venda: 5,2012	Compra: 4,8722	Venda: 5,0522

MERCADOS

Bolsa vai na contramão de NY e sobe 0,72%, aos 118,6 mil pontos

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

Após série de três perdas, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) resistiu até certo ponto à piora de sentimento em Nova York com o comunicado sobre a decisão de juros do Federal Reserve, no meio da tarde, mas não o suficiente para conservar, em fechamento, a marca de 119 mil, vista em boa parte da sessão. Ainda assim, encerrou o dia em alta de 0,72%, a 118.695,32 pontos, entre mínima de 117.846,51 e máxima de 119.615.70 na sessão, com giro a R\$ 20,1 bilhões, fraco, antes do Copom. Na semana, o índice ensaiou passar ontem ao positivo, mas ainda cede 0,05% no intervalo, com a perda de forca no fim da tarde. No mês, ganha 2,55% e, no ano, sobe 8,17%

Em Nova York, por outro lado, prevaleceu sinal negativo no fechamento ontem, com Nasdaq e S&P 500 em baixa, respectivamente, de 1,53% e de 0,94%. Ao fim, o Dow Jones não resistiu à piora dos outros dois índices, em leve baixa de 0,22% no encerramento do dia, após ter se desgarrado mais cedo, como o Ibovespa.

Na Bovespa, desde a manhã, as ações de maior peso e liquidez operaram no positivo, como Itaú (PN +1,69%) e demais grandes bancos (Unit do Santander +1,1%, BB ON +0,89%, Bradesco PN +0,41%), assim como as dos carros-chefes das commodities, com Vale (ON) chegando a acentuar ganho acima de 1% à tarde, embora limitado a 0,67% no fechamento. O dia foi moderadamente positivo também para Petrobras (ON +0,13%, PN +0,23%), apesar do sinal negativo do petróleo na sessão.

Na ponta do Ibovespa, destaque para o salto de 11,68% para as ações da Azul, com a elevação da recomendação do Goldman Sachs para a companhia aérea, de neutra para compra. A sessão também foi positiva para a outra aérea, Gol, em alta de 6,09% no fechamento, entre CVC (+7,62%) e Alpargatas (+4,74%) nesta quarta-feira. No lado oposto, Pão de Açúcar (-5,93%), Braskem (-4,12%) e PetroReconcavo (-2,38%).

DÓLAR SOBE 0,15%

Após romper o piso psicológico de R\$ 4,85 pela manhã e trabalhar ao longo da tarde em queda moderada, o dólar à vista ganhou fôlego na última hora de negócios e encerrou a sessão de ontem, em alta de 0,15%, cotado a R\$ 4,8802 - nível muito próximo da máxima do dia, a R\$ 4,8807, registrada nos últimos minutos do pregão.

SUDAM E SUDENE

Setores com impactos ambientais lideram incentivos a N e NE

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Norte e no Nordeste, os benefícios fiscais da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) concentram-se em setores ligados à exploração de recursos naturais. Em 2021, de R\$ 42,38 bilhões concedidos em incentivos às duas regiões, R\$ 22,12 bilhões (52,2% do total) beneficiaram-se em cinco empresas, todas do setor de mineração, energia e petróleo, atividades com alto impacto ambiental.

O maior incentivo foi concedido à mineradora Vale, que detém a maior exploração de minério de ferro do mundo em Carajás (PA) e recebeu R\$ 18 bilhões em 2021. Em contrapartida, a companhia pagou apenas R\$ 4,3 bilhões em royalties pela extração de ferro na área. Segundo o Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), a mineradora, na prática, recebeu um subsídio de R\$ 13,7 bilhões apenas por atuar na Amazônia Legal.

As outras quatro empresas que concentram metade dos incentivos para a Sudam e a Sudene são as seguintes: Centrais Elétricas do Norte (R\$ 1,21 bilhão), Salobo Metais (R\$ 1,18 bilhão), Petrobras (R\$ 866,3 milhões) e Companhia Hidroelétrica do São Francisco (R\$ 845,6 milhões). A lista segue com mineradoras e empresas ligadas ao agronegócio e ao escoamento de grãos, madeira e carne.

DETALHAMENTO

Pelo mecanismo em vigor Criados nos anos 60 para es- há 60 anos, as companhias timular o desenvolvimento no com projetos aprovados pela Sudam e nela Sudene têm re dução de 75% no Imposto de Renda Pessoa Jurídica e a retenção de 30% do valor devido do tributo para reinvestimentos nas regiões. Durante décadas, a Receita Federal só divulgou o agregado das instituições das renúncias fiscais, como os benefícios da Sudam e da Sudene.

O detalhamento dos dados por empresas só veio em maio deste ano, quando a Receita Federal editou a Portaria 319/2023, que aumentou a transparência dos incentivos fiscais, atendendo à determinação da Emenda Constitucional Emergencial, promulgada em 2021. Essa emenda obriga um plano de revisão de benefícios tributários.

RECOMENDAÇÕES

Em 2019, os incentivos fiscais da Sudam e da Sudene foram prorrogados até o fim deste ano. Em maio de 2023, a Câmara dos Deputados aprovou o PL 4.416/2021, que estende novamente os benefícios por dez anos. O Inesc critica a falta de debates na tramitação do projeto, sem a análise da eficácia dos incentivos nem do impacto das atividades beneficiadas sobre o meio ambiente, a garantia de direitos territoriais dos povos.

Um dos exemplos criticados pelo Inesc diz respeito a uma empresa de logística que obteve benefício de R\$ 17,5 milhões em 2021.

Copom reduz taxa básica de juros para 12,75% ao ano

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

comportamento dos preços fez o Banco Central (BC) cortar os juros pela segunda vez no semestre. Por unanimidade, o Comitê de Política Monetária (Copom) reduziu a taxa Selic, juros básicos da economia, em 0,5 ponto percentual, para 12,75% ao ano. A decisão era esperada pelos analistas financeiros.

Em comunicado, o Copom informou que o corte de 0,5 ponto percentual é compatível com a estratégia para fazer a inflação convergir para a meta em 2024 e em 2025. Assim, como na reunião anterior, o órgão reiterou que continuará a promover reduções na mesma intensidade nos próximos encontros, mas não informou se prosseguirá com os cortes no início do próximo ano.

"O comitê ressalta ainda que a magnitude total do ciclo de flexibilização ao longo do tempo dependerá da evolução da dinâmica inflacionária, em especial dos componentes mais sensíveis à política monetária e à atividade econômica, das expecta-

tivas de inflação, em particular as de maior prazo, de suas projeções de inflação, do hiato do produto (capacidade ociosa da economia) e do balanço de riscos (para a inflação futura)", justificou o órgão.

De março de 2021 a agosto de 2022, o Copom elevou a Selic por 12 vezes consecutivas, num ciclo de aperto monetário que começou em meio à alta dos preços de alimentos, de energia e de combustíveis. Por um ano, de agosto do ano passado a agosto deste ano, a taxa foi mantida em 13,75% ao ano por sete vezes seguidas.

Antes do início do ciclo de alta, a Selic tinha sido reduzida para 2% ao ano, no nível mais baixo da série histórica iniciada em 1986. Por causa da contração econômica gerada pela pandemia de Covid-19, o Banco Central tinha derrubado a taxa para estimular a produção e o consumo. A taxa ficou no menor patamar da história de agosto de 2020 a março de 2021.

INFLAÇÃO A Selic é o principal instrumento do Banco Central para manter sob controle a inflação oficial, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Em agosto, o indicador ficou em 0,23% e acumula 3,23% em 12 meses . Após sucessivas quedas no fim do primeiro semestre, a inflação voltou a subir na segunda metade do ano, mas essa alta era espera-

da pelos economistas. O índice fechou o ano passado acima do teto da meta de inflação. Para 2023, o Conselho Monetário Nacional (CMN) fixou meta de inflação de 3,25%, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual. O IPCA, portanto, não podia superar 4,75% nem ficar abaixo de 1,75% neste ano.

CRÉDITO MAIS BARATO

A redução da taxa Selic ajuda a estimular a economia. Isso porque juros mais baixos barateiam o crédito e incentivam a produção e o consumo. Por outro lado, taxas mais baixas dificultam o controle da inflação. No último Relatório de Inflação, o Banco Central projetava crescimento de 2% para a economia

O mercado projeta crescimento maior, principalmente após a divulgação de que o Produto Interno Bruto (PIB, soma das riquezas produzidas) cresceu 0,9% no segundo trimestre. Segundo a última edição do boletim Focus, os analistas econômicos preveem expansão de 2,89% do PIB em 2023.

A taxa básica de juros é usada nas negociações de títulos públicos no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic) e serve de referência para as demais taxas de juros da economia. Ao reajustá-la para cima, o Banco Central segura o excesso de demanda que pressiona os preços, porque juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança.

Ao reduzir os juros básicos, o Copom barateia o crédito e incentiva a produção e o consumo, mas enfraquece o controle da inflação. Para cortar a Selic, a autoridade monetária precisa estar segura de que os preços estão sob controle e não correm risco de subir.

Justiça atende BB e suspende recuperação judicial da 123 Milhas

TALITA NASCIMENTO, MATHEUS PIOVESANA E MARCELA VILLAR/AE

O Banco do Brasil entrou com recurso que levou à suspensão da recuperação judicial (RJ) da 123 milhas na Justiça de Minas Gerais. No agravo, o banco alega que a empresa não apresentou a totalidade dos do-

cumentos exigidos para viabilizar o processamento da RJ. Além disso, a lista de credores não foi apresentada juntamente com a petição inicial. O BB pede ainda a destituição de administradores judiciais da 123 milhas, por suposta incapacitação técnica para a realização do trabalho.

O pedido de suspensão da RJ foi aceito pelo desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais Alexandre Victor de Carvalho. No entanto, a destituição dos administradores judiciais não foi avaliada. "Como está suspenso provisoriamente o processamento da recuperação judicial e também,

por consequência lógica, a designação dos administradores judiciais, tal pleito não será examinado neste momento, mas sim quando sobrevier o resultado da constatação prévia, caso positivo em relação a plausibilidade da recuperação judicial", escreveu Carvalho em sua

Japão suspende importação de carne de aves de Mato Grosso do Sul

PEDRO PEDUZZI/ABRASIL

O Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) informou que foi notificado pelo governo japonês de que, diante da confirmacão de um foco de influenza aviária no município de Bonito (MS), está suspensa, temporariamente, a importação de ovos, aves vivas, carne de aves e seus subprodutos que tenham como origem o Mato Grosso do Sul.

A comercialização com outras unidades federativas está mantida, segundo informou o ministério. Em nota, a pasta diz que a notificação foi recebida na terça-feira passada e que medidas necessárias já foram

"As medidas sanitárias estão sendo aplicadas pelo Serviço Veterinário Oficial para contenção e erradicação do foco, bem como estão sendo intensificadas as ações de vigilância em populações de aves domésticas na região. Não há estabelecimentos avícolas industriais nas áreas de risco epidemiológico ao redor do foco", diz a nota do Mapa.

Ainda segundo o ministério, até o momento nenhum foco da doença foi confirmado em produção comercial. "Desta forma, o país segue com status livre de influenza aviária de alta patogenicidade perante a Organização Mundial de Saúde Animal (OM-SA)", acrescentou.

Segundo o Mapa, o Brasil é líder nas exportações de frango para o mundo, respondendo por 35% do mercado global. "Segundo dados do AgroStat (sistema de estatísticas de Comércio Exterior do Agronegócio Brasileiro), Mato Grosso do Sul exporta ao país (Japão) 18,4% de sua produção de carne de frango in natura", detalhou.

Moraes suspende por 6 meses ação que questiona a Ferrogrão

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu por 6 meses a ação que julga a legalidade da construção da Ferrogrão, nova ferrovia que ligará Sinop, no norte

de Mato Grosso, a Itaituba, no Pará. A medida foi tomada após uma tentativa de conciliação recomendar, em agosto, a realização de compensações ambientais e a oitiva de indígenas para solucionar o impasse para a construção

Durante o prazo de suspensão do processo, serão realizados estudos pelas partes envolvidas e atualizações sobre os impactos da obra. Em março de 2021, Moraes suspendeu a Lei nº 13.452/2017. A norma alterou os limites do Parque Nacional do

HAROLDO PAULINO - Diagramação

Jamanxim para permitir a construção da ferrovia. O caso chegou ao Supremo por meio de uma ação protocolada pelo PSOL, que questionou o descumprimento de medidas ambientais.

Após a posse do novo governo, a Advocacia-Geral da União (AGU) enviou um parecer ao Supremo no qual mudou seu posicionamento e passou a defender a inconstitucionalidade da lei. No governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, o órgão foi favorável à lei

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908 Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002 Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000 Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor FELIPE SOARES - Diretor

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

PAULO DETTMANN - Editor Chefe





Rosa marca data para julgar ação que descriminaliza aborto

presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Rosa Weber, marcou a data do julgamento da ação que pretende descriminalizar o aborto até a 12ª semana de gravidez. O caso será analisado pelo plenário virtual da Corte entre os dias 22 e 29 de setembro.

Pela modalidade virtual, os ministros inserem os votos no

sistema eletrônico e não há deliberação presencial. O julgamento é aberto com o voto do relator. Em seguida, os demais ministros passam a votar até o horário limite estabelecido pelo sistema.

Antes do julgamento, os advogados incluem vídeos com a gravação da sustentação oral. Um pedido de vista para suspender o julgamento também

pode ser feito.

Desde 2017, uma ação protocolada pelo PSOL tramita na

O partido defende que a interrupção da gravidez até a 12ª semana deixe de ser crime.

Atualmente, a legislação brasileira permite o aborto em casos de estupro, risco à vida da gestante ou fetos anencéfalos.

Em 2018, o Supremo realizou

audiência pública para debater o assunto com especialistas contrários e favoráveis à inter-

A liberação do caso para julgamento ocorre uma semana antes de Rosa Weber se aposentar compulsoriamente aos 75 anos e deixar o tribunal. Na próxima semana, o ministro Luís Roberto Barroso assumirá a presidência do STF.

REPUBLICA DE CURITIBA

Ministro corregedor mantém fora da Lava Jato juiz desafeto de Moro

RAYSSA MOTTA/AE

O ministro Luís Felipe Salomão, corregedor nacional do Judiciário, decidiu transferir o processo administrativo sobre o juiz Eduardo Appio, que tramitava no Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), para o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Ele manteve o afastamento do magistrado.

O processo disciplinar no TRF4 estava suspenso por deci-

são do ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), que mandou oficiar a Corregedoria do CNJ para a adoção de 'medidas cabíveis'.

Salomão decidiu puxar a investigação administrativa para o próprio gabinete. Ele argumentou que, além da decisão de Toffoli, a correição extraordinária feita recentemente pelo CNJ do TRF4 também justifica a transfe-

A auditoria apontou indícios

de irregularidades na homologação e no controle dos acordos de colaboração e de leniência fechados na Lava Jato. O documento cita uma 'gestão caótica' das multas, levanta suspeitas sobre a destinação dos valores negociados com delatores e empresas e aumenta a pressão sobre desembargadores e magistrados da Justiça Federal no Paraná. A Polícia Federal entrou no caso e vai investigar o fluxo financeiro da operação.

O corregedor defendeu que o processo administrativo contra Eduardo Appio tem relação com outros procedimentos disciplinares em curso no CNJ, que atingem magistrados ligados à Operação Lava Jato, como os desembargadores Carlos Thompson Flores, Marcelo Malucelli e Loraci Flores e a juíza Gabriela Hardt. Todos foram ouvidos na correição feita pelo Conselho Nacional de Justiça.

DEMARCAÇÃO

STF suspende sessão sobre Marco Temporal; julgamento continua hoje

discute a tese sobre o marco mos Para Toffoli, os indígenas temporal para demarcação de proprietários de terras devem Toffoli, ao proferir o voto. Ele sência de regulamentação não terras indígenas. O julgamento ser indenizados caso haia algum será retomado hoje, às 14h. Ainda faltam os votos de quatro ministros: Luiz Fux, Gilmar Mendes, Rosa Weber e Carmen Lúcia. Com o voto de Toffoli, o placar está em 5 a 2 contra o marco temporal e a favor dos povos indígenas, para assegurar o direito às terras independente de eles estarem ocupando o local em 1988, quando foi promulgada a Constituição Federal.

O ministro Dias Toffoli, que concluiu a leitura do voto na O Supremo Tribunal Federal sessão de hoje e acompanhou o (STF) suspendeu a sessão que relator, sugeriu alguns acréscitipo de exploração de recursos naturais em seus territórios, como a exploração mineral ou de recursos hídricos. Toffoli ainda sugeriu o prazo de cinco anos para a abertura do pedido de revisão da demarcação de terras.

Para Toffoli, o poder público a União e o ente federativo, seja estado ou município, que concedeu a titulação da terra - deve ser responsabilizado por entregar

indevidamente o título das terras indígenas. "Há direito de responsabilização estatal atribuível aos entes que concorreram com a titulação indevida", afirmou ressalva que a indenização deve ser dada àqueles que ocuparam as terras por boa fé e não no caso de invasores e grileiros. Nas terras que já estão demarcadas, não cabe indenização.

Em relação ao prazo de cinco anos para pedir a revisão da demarcação, Toffoli sugere que esse período não atinja os casos pendentes.

Sobre o aproveitamento econômico das terras indígenas, o

ministro disse que a "omissão legislativa" sobre o tema tem causado inúmeros prejuízos às comunidades tradicionais, como no caso do ianomâmis. "A auimpediu o avanço da exploração ilegal sobre as terras indígenas", afirmou. "O aproveitamento dos recursos naturais está hoje entregue à ilegalidade que possui alto custo ao país e impactos severos à saúde, ao meio ambiente e à sobrevivência dos povos indígenas", completou.

As considerações levantadas por Toffoli ainda devem ser apreciadas pelos outros minis-

RÉUS DE 8/1

OAB defende no STF julgamento presencial

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) enviou um ofício ao Supremo Tribunal Federal (STF) para defender o julgamento presencial dos próximos réus pelos atos golpistas de 8 de Janeiro. Terça-feira, o Supremo definiu que os demais acusados serão julgados em sessões virtuais, nas quais os ministros inserem os votos no sistema eletrônico e não há deliberação presencial. Para a OAB, o julgamento virtual obrigatório, sem concordância dos advogados dos réus, viola o devido processo legal, o contraditório e o direito de defesa dos acusados. Na petição, a entidade pede que a presidente do STF, Rosa Weber, reconsidere a decisão de marcar os próximos julgamentos para sessões virtuais. O pedido para julgar as ações penais no plenário virtual foi feito pelo relator do caso, ministro Alexandre de Moraes, e aceito por Rosa Weber.

Bolsonaro tenta nova cartada para disputar eleições após condenação

WESLLEY GALZO/AE

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) começa a julgar amanhã, recurso apresentado pela defesa do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) na ação que o tornou inelegível por oito anos por abuso de poder político e uso indevido dos meios de comunicação.

O tipo de recurso apresentado pelos advogados de Bolsonaro, os embargos de declaração, não tem poderes para alterar o mérito da decisão, mas pode fazer com que os ministros reconheçam erros ou contradições no acórdão do julgamento.

Os advogados do ex-presidente pedem que os ministros se manifestem sobre "o cerceamento de defesa" e do direito ao contraditório. Outro ponto pleiteado é que anulem provas "obtidas em violação ao devido processo legal".

Entre as pessoas que acom-

panham o andamento do processo de Bolsonaro no TSE vigora a interpretação de que somente uma "hecatombe" levaria os ministros a mudar de posição e acatar os pedidos da defesa. A votação dos embargos será feita no plenário virtual da Corte em julgamento com duração de seis dias.

Depois de analisados os embargos, a defesa do ex-presidente ainda pode recorrer do mérito da decisão de inelegibilidade. Porém, os ministros que vão julgar o eventual recurso são os mesmos que há menos de três meses tiraram Bolsonaro das próximas duas eleições.

Em junho, Bolsonaro foi condenado por abuso de poder político e uso indevido dos meios de comunicação em razão da reunião em que atacou as urnas eletrônicas diante de diplomatas. O discurso foi transmitido ao vivo nas redes sociais e na TV

Brasil. O placar foi de 5 a 2 para tornar o ex-presidente inelegível

A avaliação do colegiado, conforme o voto do relator Benedito Gonçalves, é a de que Bolsonaro usou o cargo de presidente para espalhar desinformação sobre o sistema eletrônico de votação, na tentativa de ter ganhos eleitorais, atacar o TSE e fazer 'ameaças veladas'. Para a Corte eleitoral, a conduta do exchefe do Executivo impactou diretamente o pleito.

Caso Bolsonaro esgote as chances de recursos no TSE, a sua defesa ainda pode recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) para reverter a inelegibilidade. A situação no plenário da Suprema Corte, contudo, não é mais favorável do que na Justiça Eleitoral. O ex-presidente possui apenas dois aliados fiéis no STF: os ministros André Mendonça e Kassio Nunes Marques.

Alesp: cartilha orienta evitar beijo e abraço após casos de assédio

ISABELLA ALONSO PANHO/AE

Depois de ser palco de episódios de assédio sexual e discriminação que se tornaram públicos, a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) organizou uma cartilha comportamental que define a conduta adequada no ambiente de trabalho. Uma dessas recomendações é que beijos e abraços sejam evitados.

"Um abraço e um beijo no rosto não são vistos como um problema para uma parte das pessoas. Já para outras, podem soar como extremamente invasivos e ofensivos. Na dúvida, não abrace e não beije. Estenda a mão em um cumprimento cordial, que é um gesto simples, inofensivo e demonstra educação", diz o documento. A cartilha vai ser lançada hoje.

É a primeira vez que a Alesp tem uma iniciativa do gênero. Além dos casos de assédio sexual e discriminação racial, o documento explica o que são comportamentos gordofóbicos, etaristas, capacitistas, o que é cyberbullying e outros tipos de assédio, como o moral.

O texto destaca que "o respeito por todas as pessoas em todas as situações é fundamental" e cita que "a boa convivência tem limites, exigindo cautela com as brincadeiras".

A cartilha estabelece um protocolo para atendimento de vítimas e elenca quais são os canais de denúncia possíveis. Para os pontos citados no documento, a Assembleia diz ainda que criou um espaço exclusivo para queixas, com sigilo garantido.

Porém, alerta que a denúncia deve apresentar o "autor da irregularidade, a descrição verídica dos fatos e a indicação de provas ou testemunhas", e declarações "infundadas ou não comprovadas poderão caracterizar denunciação caluniosa e estarão sujeitas às sanções previstas em lei".

'COMPLIANCE'

Um dos casos que acelerou o processo de construção dessa cartilha é o da deputada Thainara Faria (PT). No dia 31 de março, ela subiu aos prantos na tribuna da Alesp para relatar um episódio de racismo que sofreu. Naquele dia, uma servidora da Casa impediu a parlamentar de assinar o livro de presença porque era "só para deputados".

Thainara Faria estava usando um broche exclusivo para parlamentares e mostrou que todos os servidores receberam as fotos dos novos deputados. Ela também disse que, no dia da cerimônia de posse, uma servidora e uma policial a barraram na entrada da Assembleia por não acreditarem que ela é deputada.

Se a cartilha já existisse naquela época, Faria crê que os episódios de racismo de que foi vítima "não teriam acontecido, porque os funcionários estariam mais orientados". "Se a Casa fosse mais progressista, teríamos uma cartilha mais robusta. Mas dadas as condições objetivas, foi o melhor que pudemos fazer. É um excelente início", disse a deputada, em referência ao novo documento.

Dias depois do episódio, o presidente da Alesp, André do Prado (PL), disse ao Estadão que a ideia era organizar um "compliance da mulher" na Casa. A palavra, de origem inglesa, é uma prática empresarial de fiscalização e cumprimento de boas condutas no ambiente de trabalho - o que vai desde prevenir corrupção até casos de assédio e racismo. A reportagem procurou o deputado nesta quarta-feira, 20, mas ele disse que comentará sobre a cartilha depois do lançamento.

A cientista política Mayra Goulart, professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), explica que há "diferentes episódios que demonstram que não há o que possamos chamar de 'consenso pleno' sobre o que é discriminação, racismo, machismo" Para ela, medidas como a cartilha servem para "conscientizar e reforçar a objetividade dos limites".

Ao colocar no papel, em detalhes, o que são comportamentos não aceitos, eles deixam de ser subjetivos, saindo do crivo dos "achismos". Mesmo diante do fato de muitos desses comportamentos já serem crimes, Goulart diz que não existe uma concorrência. "A cartilha e a penalização se reforçam mutuamente. A regulamentação de práticas de convívio no ambiente de trabalho reforça o que já deveria ser um consenso."

CASO ISA PENNA

O caso de assédio com maior repercussão envolvendo a Alesp é o da ex-deputada Isa Penna (PCdoB). No dia 16 de dezembro, durante uma sessão da Casa, transmitida ao vivo pelo YouTube, o ex-deputado Fernando Cury a abordou pelas costas e apalpou seus seios, enquanto Penna conversava com o ex-presidente da Assembleia.

Cury foi expulso do Cidadania, sigla à qual era filiado na época, e a Alesp o suspendeu por seis meses das atividades da Casa, período durante o qual ficou sem receber salário. O episódio também rendeu um processo criminal contra o exdeputado.

Procurada pelo Estadão, Penna diz que a cartilha é "um avanço da luta contra as opressões". "Eu acredito que não seja tanto pela cartilha em si, mas pela luta social, que teve como consequência o reconhecimento, pela instituição legislativa, de que o assédio é um problema e de que ele existe enquanto um problema", disse a ex-deputada.

A advogada Aline Santiago da Cruz, coordenadora Comissão da Igualdade Racial da OAB São Paulo, diz que falta a conscientização e interpretação da lei quando se fala em casos de discriminação racial e assédio. "Existe tolerância e banalização dessas práticas, apesar de serem ilícitas. A cartilha tem maior alcance, objetividade e facilita a compreensão do leitor (não jurista). Consequentemente, encoraja a denúncia, além de fomentar a prevenção", afirmou a coordenadora.

UNANIMIDADE

Outro episódio de grande repercussão ocorreu há cerca de um ano e meio, envolvendo o ex-parlamentar Arthur do Val (União Brasil), conhecido nas redes sociais como "Mamãe Falei".

Nota

HOMEM MORRE APÓS SER EMPURRADO DE VIADUTO EM SP; NAMORADA É PRESA

Uma mulher de 28 anos foi presa na terça-feira passada, acusada de matar o namorado empurrando-o de cima da passarela que dá acesso à Estação Armênia do metrô, na Avenida do Estado, na Luz, região central de São Paulo. Ele caiu de 15 metros de altura e morreu na hora. A Polícia Militar informou que, por volta das 11 horas, recebeu chamado para uma briga entre um casal em situação de rua e suposta tentativa de suicídio do homem. Ao chegar ao local, os policiais encontraram o corpo de Douglas Borges da Silva, de 29 anos. Ao seu lado estava uma mulher que, bastante nervosa, não conseguia explicar o que havia ocorrido.

CASO HELOÍSA

'Houve militarização do ponto de vista das armas', diz procurador

ÍTALO LO RE/AE

Criada em 1928 para ser a 'Polícia das Estradas', a Polícia Rodoviária Federal (PRF) tem tido sua atuação questionada no período recente. Neste mês, a menina Heloísa Santos Silva, de três anos, morreu após ser baleada na cabeça quando estava no banco de trás do carro dos pais na região da Baixada Fluminense os disparos partiram de uma viatura da corporação.

O episódio não é isolado. No ano passado, Genivaldo de Jesus, de 38 anos, foi morto após ser trancado com gás no portamalas de uma viatura em Umbaúba, Sergipe. Um dia antes, uma ação da PRF na Vila Cruzeiro (RJ), zona norte carioca, terminou com 22 mortos. Foi a 3ª ação policial mais letal da história do Estado. Em Varginha (MG), em 2021, foram 26 óbitos, também em ação envolvendo a corporação.

À frente das investigações do caso Heloísa, o procurador da República e coordenador do Núcleo de Controle Externo da Atividade Policial, Eduardo Benones, afirmou ao Estadão que, embora relevante, o patrulhamento ostensivo das rodovias "saiu dos trilhos" nos últimos anos. "Claramente houve uma militarização, do ponto de vista das armas", disse. "Nunca houve tanta ocorrência como nos últimos três anos.'

Para Benones, é preciso agir rápido diante do cenário atual. "A primeira resposta que deve ser dada rápida, que é prática, sistêmica e completa, é a adoção das câmeras corporais", disse o procurador. Como mostrou o Estadão em maio, os agentes da PRF devem passar a usar câmeras nos uniformes a partir de abril de 2024. Atualmente, a corporação possui cerca de 13 mil policiais.

"Minha expectativa, enquanto coordenador do núcleo de controle externo (da atividade policial), é de muita mudança", disse. O procurador afirma que, para além das câmeras, a 7ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, da qual faz parte, também tem debatido possíveis melhorias nos protocolos de atuação da PRF - o núcleo aborda temas relacionados ao controle externo da atividade policial.

"A gente faz o que tem que fazer diante do caso concreto, para dar a resposta que tem que ser dada observando os limites constitucionais. Mas para que casos como esse (da Heloísa) não aconteçam mais, é preciso dar uma resposta mais ampla, uma resposta sistêmica. Uma resposta que encare o problema no Brasil todo", afirmou Benones.

As mortes em ações da PRF, como mostrou o Estadão, dobraram entre 2018 e o ano passado: de 22 para 44, segundo o Ministério da Justiça e Segurança Pública. A pasta afirma que houve esforço nos últimos meses para baixar as taxas de letalidade: são oito este ano. "Queremos e vamos alcançar que este número seja zero", disse o ministro Flávio Dino no começo da semana. No total, foram 156 óbitos desde 2018.

As operações de combate à criminalidade da PRF praticamente triplicaram em dois anos, segundo relatório de gestão do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Foram de 3,3 mil, em 2020, para 9,7 mil, no último ano. Segundo o documento, as operações são, sobretudo, no Sul, Sudeste e Centro-Oeste", descritas como "as principais áreas críticas de acidentalidade e de criminalidade do País".

PRF ATIROU PRIMEIRO

A Polícia Rodoviária Federal não deu sinal de parada antes de atirar contra o veículo em que estava a menina Heloísa, segundo depoimentos de testemunhas colhidos pelo MPF. A mãe da vítima foi ouvida na terça-feira passada. O pai e a tia da menina já haviam prestado depoimento antes. Além deles, também estava no carro a irmã mais velha de Heloísa, de 8 anos.

"Os três depoimentos (de familiares) prestados até agora estão no mesmo sentido", disse Benones. "Eles estavam passando pela via, não houve sinal para parada do veículo, de qualquer espécie - nem sonoro, nem luminoso -, e quando eles pararam no acostamento, o carro foi alvejado com tiros vindos da viatura da PRF."

De acordo com o procurador, a família encostou o carro porque a viatura da polícia estava muito próxima, mas não houve tempo de a família se comunicar com os agentes. Os policiais dizem que decidiram abordar o veículo após constatar que a placa indicava que o carro era roubado. A família afirma que comprou o veículo recentemente e não sabia de qualquer irregularidade.

"O pai da vítima já depôs sobre isso e quem vendeu para ele também depôs", disse. Benones afirma que o MPF apura a origem da informação de que o carro foi roubado, quando ocorreu, entre outras informações, a fim de entender exatamente o histórico do veículo. "A gente está correndo atrás junto ao Detran, porque essa restrição não constava no Detran."

O procurador reitera que, ainda que o carro fosse roubado, os disparos contra a família não seriam justificados, uma vez que a família não apresentou resistência. O MPF requereu perícia nas armas de todos os três agentes que estavam na viatura, tanto as armas longas quanto as menores. Solicitou também a perícia do carro das vítimas e também de fragmentos de bala encontrados nos arredores.

SUMIÇO DE BALAS

Conforme o procurador, o único projétil encontrado até então foi o que estava alojado no corpo da menina Heloísa. mas a hipótese é que tenha havido ao menos dois disparos. "É um problema gravíssimo nas investigações que envolvem policiais. Procedimentos primários de preservação da cena do crime, ou do suposto crime, não são adotados. Isso acontece muito, o que dificulta sobre-

modo qualquer investigação." O MPF apura ainda o relato de que agentes da PRF teriam ido até o hospital onde a menina Heloísa estava internada após a ação. Segundo uma das testemunhas, 28 agentes teriam comparecido ao local. "Imagens das câmeras do hospital já nos foram enviadas. Imagino que elas vão nos dar uma dimensão exata dessa movimentação", afirmou Benones. A ideia do procurador é ouvir os três policiais envolvidos nas próximas semanas, após todo o

material coletado ser analisado. A Justica Federal no Rio de Janeiro negou nesta terça pedido apresentado pelo MPF para que os três policiais rodoviários federais envolvidos na morte da menina Heloísa fossem presos preventivamente pelo crime. Mas determinou que os agentes da PRF cumpram seis medidas cautelares, também solicitadas pela Procuradoria. "A gente está estudando e possivelmente vai recorrer", afirmou Benones.

CONCESSÃO DE LICENÇA

Televisão Record do Rio de Janeiro Ltda, CNPJ nº 27.906.734/0001-90, torna público que foi concedida pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação Simplificação, através do processo nº EIS-PRO-2023/08323, a Licença Municipa le Operação - LMO 2023/00141, com validade até 12/09/2033, para Estação de tratamento de esgotos (Carga orgânica de 50 kg dbo/dia e vazão média de 1,36 L/S) Localizada na Estrada dos Bandeirantes, nº 23.505, Vargem Grande/RJ.

Biden e Lula criam parceria em defesa de trabalhadores

SOFIA AGUIAR, CAIO SPECHOTO E ALINE BRONZATI/AE

presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, disse que continuará trabalhando com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva na esteira da formulação das iniciativas dos direitos trabalhistas no mundo. Para o americano, todos merecem uma oportunidade igual e os direitos trabalhistas precisam ser garantidos de baixo para cima.

As declarações ocorreram durante cerimônia de lançamento da "Iniciativa Global Lula-Biden para o Avanço dos Direitos Trabalhistas na Economia do Século XXI", nos Estados Unidos. Biden disse que seus pais o ensinaram sobre o trabalho que, segundo eles, para além do dinheiro, tem relação com dignidade, respeito e autoestima. No anúncio, Lula disse esperar que a parceria entre Brasil e Estados Unidos busque desenvolvimento e melhoria de vida

O petista classificou como momento "de ouro" o anúncio ao lado de Biden e disse que a juventude atualmente não tem perspectiva. "O gesto com Biden pode ser uma esperança de que é possível criar outro mundo", declarou o brasileiro. Para ele, o

gesto é de incentivo a milhões de brasileiros e americanos.

Na fala, o chefe do Executivo do Brasil disse que está em processo de recuperação da democracia do País e citou a aprovação da reforma tributária na Câmara. O petista lembrou sua trajetória de vida e disse que, ter só curto técnico lhe dá uma visão de mundo "que só parte da classe política consegue en-

Lula diz a Biden que democracia corre cada vez mais perigo e vê trabalho precarizado

CAIO SPECHOTO, SOFIA AGUIAR E ALINE BRONZAI/AE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse, em conversa com o presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, que a democracia "corre cada vez mais perigo". Ele também afirmou que o trabalho está muito precarizado.

"A democracia cada vez corre

mais perigo porque a negação da política tem feito com que setores extremistas tentem ocupar um espaço em função da negação da política no mundo inteiro", declarou o brasileiro.

Biden agradeceu a Lula pela conversa e disse que trabalhar por um mundo melhor inclui promover os direitos dos trabalhadores. O brasileiro declarou

que nunca havia visto um presidente americano falar tão bem dos trabalhadores.

Lula disse que é necessária uma proposta concreta para melhorar as relações trabalhistas, e que a conversa com Biden é um "momento exemplar".

O petista afirmou que os trabalhadores trabalham cada vez mais e ganham menos. Segundo

Lula, é importante levar essa discussão ao G20. O Brasil presidirá as atividades desse fórum no ano que vem Ele também mencionou o Brics.

Lula disse que há perspectiva de uma cooperação "excepcional" com Estados Unidos, e que o encontro com Biden é o renascer de "um novo tempo" entre os dois países.

SEPARATISMO

Azerbaijão e Armênia chegam a cessar-fogo após combates

As forças do Azerbaijão e da Armênia chegaram a um acordo de cessar-fogo ontem para encerrar dois dias de combates na região separatista de Nagorno-Karabakh. Na terça-feira passada, as forças do Azerbaijão haviam lançado fogo de artilharia sobre posições armênias em Nagorno-Karabakh, deixando dezenas mortos e feridos.

Nagorno-Karabakh, alvo da artilharia do Azerbaijão, é uma região montanhosa de 120 mil habitantes que faz parte do Azerbaijão e ficou sob o controle de forças étnicas armênias após o final de uma guerra separatista em 1994. Mas o Azerbaijão recuperou os territórios e partes do próprio Nagorno-Karabakh após seis semanas de combates em 2020. Hoje, a área é reconhecida internacionalmente como parte do Azerbaiião.

O último conflito terminou com um acordo para enviar forças de manutenção da paz da Rússia para lá, mas as tensões aumentaram desde dezembro, quando o Azerbaijão começou a bloquear o Corredor Lachin - a estrada que liga Nagorno-Karabakh à Armênia

Uma hora depois do anúncio da trégua, o primeiro-ministro

armênio, Nikol Pashinyan, disse que a intensidade das hostilidades na região "diminuiu drasticamente". As autoridades do Azerbaijão disseram ter interrompido a operação militar lançada um dia antes, quando as autoridades separatistas afirmaram que estavam depondo as

Não ficou imediatamente claro se alguns combates continuaram, mas ambos os lados concordaram em conversações hoje sobre a "reintegração" da região no Azerbaijão. Isso, além das garantias de deposição de armas, foi amplamente visto como uma vitória para Baku, a capital do Azerbaijão.

A escalada de violência levantou preocupações de que uma guerra em grande escala na região pudesse recomeçar entre o Azerbaijão e a Armênia. O conflito entre os dois territórios atrai poderosos da região, incluindo a Rússia e a Turquia. Enquanto a Turquia apoiou o Azerbaijão, a Rússia assumiu um papel mediador e intermediou o armistício que pôs fim aos combates de 2020.

O seu contingente de forças de manutenção da paz está encarregado de monitorizar essa trégua, e ambos os lados afirmaram na quarta-feira que ajudaram a alcançar o acordo

O acordo prevê a retirada de unidades e equipamentos militares armênios de Nagorno-Karabakh, bem como o desarmamento das forças de defesa locais, disse o Ministério da Defesa do Azerbaijão. Pashinyan, o primeiro-ministro da Armênia, disse que o seu governo não participou na discussão ou negociação do acordo, mas "tomou nota" da decisão tomada pelas autoridades separatistas da região.

As concessões feitas pelos separatistas indicaram a posição mais fraca em que eles e os seus apoiantes na Armênia têm estado recentemente. Tendo perdido a guerra em 2020 e, mais recentemente, o controle da única estrada que liga o país a Nagorno-Karabakh, a Armênia tem estado em uma posição mais fraca e de pouca influência na região.

Entretanto, tanto a Armênia como a Rússia pareciam distanciar-se do conflito. Pashinyan disse que a Rússia é responsável por garantir a segurança dos armênios na região, enquanto Moscou rejeitou tais alegações. O porta-voz do Kremlin, Dmitry

Unidas Cooper Taxi GPS Maricá

NIRE 3340005043-6

Edital de Convocação Nº 15

Assembleia Geral Órdinária

diretor presidente da Unidas Coo-er Táxi GPS Maricá, no uso de

suas atribuições legais e estatutá-rias, convoca os (32) cooperados

para Assembleia Gerál Ordinária a ser realizada na Rua José Barbosa

Cunha Nº 36 Sala 01, Bairro Itape-

Peskov, disse na quarta-feira que, na verdade, o Azerbaijão estava agindo no seu próprio território. "Espero que possamos conseguir uma desescalada e resolver este problema através de canais pacíficos", disse mais tarde o presidente russo, Vladimir Putin

O CONFLITO

Na terça-feira, depois de afirmar que quatro soldados e dois civis foram mortos por minas plantadas pela Armênia, o Azerbaijão lançou fogo de artilharia pesada que caracterizou como uma "operação antiterrorista". O governo azeri afirmou que os ataques continuariam até que as forças armênias depusessem as armas e o governo de Nagorno-Karabakh se dissolvesse.

O Ministério dos Negócios Estrangeiros da Armênia negou que as suas armas ou tropas estivessem em Nagorno-Karabakh, e o seu primeiro-ministro alegou que o principal objetivo do Azerbaijão é atraí-lo para as hostilidades.

As forças do Azerbaijão alegaram ter como alvo apenas locais militares, mas autoridades de etnia armênia em Nagorno-Karabakh disseram que Stepanakert, a capital da região separatista, e outras aldeias estavam "sob intenso bombardeio" na

terca-feira. Antes do cessar-fogo, as explosões reverberavam em torno de Stepanakert a cada poucos minutos na manhã de quartafeira, com algumas explosões à distância e outras mais perto da cidade. Mesmo após o anúncio da trégua, muitos moradores da cidade decidiram permanecer em abrigos pelo menos até o fi-

nal da quarta-feira. Danos significativos foram visíveis nas ruas da cidade, com vitrines quebradas e veículos perfurados, aparentemente por estilhaços. O ombudsman de direitos humanos de Nagorno-Karabakh, Geghan Stepanyan, disse na quarta-feira que 32 pessoas, incluindo sete civis, foram mortas e mais de 200 ficaram feridas Stepanyan disse anteriormente que uma criança estava entre os mortos e 11 crianças estavam entre os feridos.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA O SINDEERH-RJ - Sindicato dos Empregados nas Empresas de Recursos Humanos, Recrutamento, Seleção de Pessoal e Trabalho Temporário no Município do Rio de Janeiro, com sede na Rio Branco n. 156, 32º Andar, Sala 3229 Ed. Central, Centro/RJ,inscrito no CNPJ 17.382.538/0001-00, por seu Presidente, Sr indenberg Barbosa da Silva, no uso das suas atribuições Estatutárias, convoca todos os. funcionários da Empresa, Nova Rio Serviços Gerais Étda, CNPJ n. 29.212.545/0001-43 filiados e não filiados, para participarem da Assembléia Geral Extraordinária que será realizada na Sede do Sindicato no dia, 26/09/2023, às 10h00 (horário de Brasília) em 1ª convocação, às 10h30 (horário de Brasília) em 2ª e última convocação, con qualquer número de presentes, para tratar da seguinte, **Ordem do Dia: A)** Áprovar e autorizar o Sindicato assinar o Acordo de reajuste salarial ano 2023/2024, citada acima B) Aprovar e autorizar a empresa o desconto de R\$10,00 (dez reais), mensais para todos os funcionários, inclusive os temporários. C) Assuntos gerais. Rio de janeiro, 20 de tembro de 2023. Lindenberg Barbosa da Silva – Presidente

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE CERVEJA E BEBIDAS EM GERAL, TERCEIRIZADOS EM GERAL, SERVIÇOS GERAIS,ASSEMELHADOS E AFINS DO RIO DE JANEIRO

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Pelo presente Edital, ficam convocados todos os diretores do conse lho fiscal desta entidade sindical, para assembléia geral extraordi nária a realizar-se no dia 21/09/2023, na Rua Barão Seca - Jacarepaguá - Rio de Janeiro (SEDE do SINDICATO), as 16hs para deliberarem sobre as seguintes ordens do dia: a) Apresentação das planilhas trimestrais 2023 para o conselho fiscal do

sindicato,b) Assuntos gerais. Rio de Janeiro, 20 de setembro de 2023. Washington Luiz Marcelino dos Santos

Presidente



ba - Marica RJ, no dia 16 de outubro de 2023, com início as 09:00 horas em Primeira Convocação, com a presença de 2/3 dos cooperados em

dia com suas obrigações sociais em Segunda Convocação as 09:30 com a presença da metade mais um dos cooperados em dia com suas obrigações sociais e as 10:00 horas em Terceira e Última Convocação com a presença de no mínimo 10 (dez) cooperados em dia com suas obrigações sociais, para deliberarem sobre as seguintes ordens ordinária Eleição do conselho administraivo para mandato no ano social de 2024 e 2025, e conselho fiscal, para nandato no ano social de 2024, 2) Prestação de contas. 3) Assunto ge rais, poderão exercer seus direitos os cooperados conforme parágrafo

único do Artigo 66 Capítulo 12 Das

Eleições, Maricá - RJ. 21 de setem

bro de 2023. Antônio Carlos Baptista

Coreia - Diretor Presidente da Uni-das Cooper Táxi GPS Maricá